



EDITAL N° 3850/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 26/2025

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados às demandas do SAIBMQ, Albergue Municipal, Secretaria de Obras e para compor Cestas Básicas para as famílias em vulnerabilidade social.

INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Dia 13/06/2025 – 08h

LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Dia 30/06/2025 – 08h30min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 30/06/2025 – 08h30min

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: Dia 30/06/2025 – 09h

PLATAFORMA: www.pregaobanrisul.com.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

PARTICIPAÇÃO: EXCLUSIVA

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM



A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL**, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regido pela Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 5.215/2023, para **Aquisição de gêneros alimentícios destinados às demandas do SAIBMQ, Albergue Municipal, Secretaria de Obras e Cestas Básicas às famílias em vulnerabilidade social**, conforme especificações descritas no Objeto, Termo de Referência e demais anexos partes integrantes deste Edital.

Esta licitação é destinada a participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativa que se enquadre na receita de ME ou EPP.

1. OBJETO:

1.1 A presente Licitação é exclusivamente destinada para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas que se enquadrem na receita de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, visando a **Aquisição de gêneros alimentícios destinados às demandas do SAIBMQ, Albergue Municipal, Secretaria de Obras e Cestas Básicas às famílias em vulnerabilidade social**, constantes dos seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO /ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	Achocolatado instantâneo em pó, em embalagem de no mínimo 400g.	PCT	150
2	Açúcar Cristal tipo 1, de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar, de 1 kg cada, na embalagem deverá constar data de fabricação, data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 06(seis) meses, a contar da data da entrega	PCT	2.100
3	Açúcar Cristal tipo 1, de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar, de 2 kg cada, na embalagem deverá constar data de fabricação, data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 06(seis) meses, a contar da data da entrega	PCT	475
4	Açúcar mascavo de no mínimo 1kg isento de matéria estranha com validade de no mínimo 6 meses.	PCT	100
5	Alho, de primeira qualidade, bem desenvolvido, grãos uniformes, de tamanho médio à grande, compactado e firme, coloração uniforme típica da variedade, sem rachaduras, cortes, perfurações, sujidades, parasitas e larvas.	KG	42
6	Amido de milho em pacote de polietileno de 1kg cada. Apresentar registro no órgão competente e prazo de validade. O rótulo deve ser adequado a Legislação específica do Código de Defesa do Consumidor e	KG	50



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

	ANVISA.		
7	Arroz tipo 1, branco, embalagem de 1kg cada, preparados com matérias-primas, sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, de parasitase de detritos animais ou vegetais. Com prazo de validade para no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	PCT	2.100
8	Arroz tipo 1, branco, embalagem de 2kg cada, preparados com matérias-primas, sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, de parasitase de detritos animais ou vegetais. Com prazo de validade para no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	PCT	1.050
9	Bebida Láctea – Produto obtido a partir de leite ou leite reconstituído e/ou derivado de leite, reconstituído ou não, fermentado ou não, com adição ou sem de outros ingredientes, onde a base láctea represente pelo menos 51% do total de ingredientes do produto. Sabor: Morango. Deve apresentar o certificado de Inspeção federal ou estadual. Embalagem primária: Sacos de polietileno leitoso com bordas hermeticamente fechados, com identificação: data de fabricação e de validade. Validade mínima de 5 dias. Embalagens de 900g a 1kg.	UND	300
10	Aveia em flocos enriquecida com vitaminas e sais minerais, em caixa. Rótulo contendo informação nutricional, data fabricação, validade e lote. Validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega do produto. Embalagem 200 gramas.	UN	250
11	Bolacha doce sortida, de boa qualidade, em embalagens plásticas de no mínimo 360 g cada. Na embalagem deve constar registro do MS, data de fabricação e prazo de validade. O Rotulo deve seguir as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	PCT	910
12	Bolacha salgada tipo Cream Cracker, de boa qualidade, em embalagens plásticas de no mínimo 360g cada com dupla proteção. Na embalagem deve constar data de fabricação, prazo de validade e registro MS, o rotulo deve seguir as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA	PCT	1750
13	Bolacha doce tipo Maria – Características técnicas: cozimento conveniente de massa de farinha de trigo preparada com farinhas, amidos, féculas, fermentadas ou não e outras substâncias permitidas na legislação. Umidade máxima de 8% e lipídeos mínimo de 8%. Ingredientes: farinha de trigo, açúcar, açúcar invertido, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos	PCT	100



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

	(bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio, fosfato de monocalcário) e aromatizante. Embalagem primária: tripla embalagem interna em polipropileno bi-orientado e externa em filma laminado flexível composto de polipropileno bi-orientado. Pacotes de 400 gramas		
14	Café torrado e moído tradicional a vácuo, 100% café, isento de sujidades e substâncias estranhas a sua natureza. Embalagem de 500g.	UN	176
15	Café granulado solúvel de boa qualidade, em embalagens de no mínimo 200 gramas.	UN	1.192
16	Canjiquinha de milho amarela e fina, tipo 1, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos. Embalagem saco plástico transparente atóxico de 500 gramas cada. O rotulo deve apresentar-se conforme as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	PCT	1.310
17	Caldo de galinha caixa c/6	UN	60
18	Carne Bovina de 2º moída, Fresca com no máximo 20% de gordura e 20% de aponevroses, sem osso, deve estar embalada em plástico atóxico, contendo no máximo 2kg cada.	KG	950
19	Coxa e sobrecoxa de Frango, sem dorso e condimentos congelada, não temperada, de boa qualidade, isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, que sejam impróprias não consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de micro-organismos. Devidamente selada, com especificações de peso, validade, produto marca/procedência. Validade de no mínimo 3 meses a partir da data de entrega.	KG	1.900
20	Creme de leite de boa qualidade, embalagem de 200 gramas cada. O rótulo deve estar adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	150
21	Doce de frutas tipo Schimier – sabor morango e uva, em potes plásticos lacrados de no mínimo 400 gramas cada, na embalagem deve contar a data de fabricação e prazo de validade, o rotulo deve seguir as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	250
22	Doce de Leite de boa qualidade, no mínimo 350g. Validade de no mínimo 6 meses após entrega.	UN	200
23	Ervilha em lata de boa qualidade, latas de no mínimo 200 gramas cada, sem amassados ou ferragem. O	UN	300



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

	rótulo deve estar adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.		
24	Farinha de Milho Fina, pura, acondicionada em embalagens transparentes resistentes com solda íntegra, contendo 1kg cada, com prazo de validade. O rótulo deve ser adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	PCT	1.100
25	Farinha de Trigo Especial, pura, branca, acondicionada em embalagens de papel resistente, contendo 1kg cada, com prazo de validade. O rótulo deve ser adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	PCT	1.200
26	Feijão preto tipo 01, 01 kg, grãos novos inteiros, aspecto brilhoso e liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade, embalado convencionalmente em embalagem de polietileno transparente, com dados de identificação, informação nutricional, data de fabricação, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação, com prazo de validade para no mínimo 06(seis) meses a partir da data de entrega	KG	1.879
27	Fermento Biológico Seco Instantâneo 10 g cada, deverá constar a data de fabricação e prazo de validade. O rótulo deve ser adequado ao código de defesa do consumidor e ANVISA	UN	30
28	Fermento em pó químico, em embalagens de no mínimo 200 gramas cada. Deverá constar a data de fabricação e prazo de validade. O rótulo deve ser adequado ao código de defesa do consumidor e ANVISA	UN	75
29	Filtro de Café nº. 103, formato de cone de alta qualidade, na gramatura ideal para a filtragem homogênea da bebida, sem resíduos. Embalagem com 30 unidades	UN	77
30	Gelatina de boa qualidade, em embalagens de no mínimo 20 gramas cada, sabores variados, a embalagem deverá conter data de fabricação e prazo de validade. O rótulo deve estar adequado a legislação específica. Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	300
31	Gordura animal - Banha de porco embalagem 1kg	KG	96
32	Leite condensado embalagens tetra pak de 395 gramas cada, contendo leite pasteurizado padronizado e/ou leite em pó, açúcar e lactose, na embalagem deve constar rótulo adequado com as exigências do Código da Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	150



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

33	Leite Longa Vida UHT Integral, em caixa tipo tetra pak contendo 1 litro cada unidade, o rótulo deve estar adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	L	3.097
34	Lentilha, grupo 1, novo, 1º qualidade, com prazo de validade, embalagens de plástico transparente resistente, com solda íntegra, sem a presença de grãos mofados, ardidos, brotados e ou carunchados, embalagens de 500 gramas cada, apresentar registro no Ministério da Agricultura, o Rotulo deve ser adequado a legislação específica do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	PCT	150
35	Linguiça mista: de boa qualidade, contendo carne de gado e porco, acondicionado em embalagem plástica atóxica.	KG	325
36	Macarrão, tipo espaguete, massa seca sem ovos, acondicionado em embalagem intacta de 500 g, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de fabricação, data de validade e condições de armazenagem. Validade mínima de 06(seis) meses a partir da data de entrega	PCT	2.110
37	Macarrão parafuso, Macarrão – Características técnicas: tipo parafuso, contendo farinha de trigo especial, com ovos, sêmola de trigo e glúten, betacaroteno. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas, ou fragilidade à pressão dos dedos. Teor de umidade máxima de 13%. Embalagem primária: sacos de polietileno transparente, atóxico, com tabela de composição nutricional. Unidade: Embalagem: 500g.	UN	650
38	Maionese, embalagem de no mínimo 200 gramas, o rotulo deve estar adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	300
39	Margarina com sal, embalagem de 500 gramas. Com validade de no mínimo de 6 (seis) meses na data de entrega.	UN	315
40	Milho Verde em lata ou sachê de 200 gramas cada, o rotulo deve estar adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	150
41	Molho de tomate em latas ou sachê de no mínimo 300 gramas. Deve seguir as evidências do Código de defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	1.249
42	Óleo de soja refinado, obtido de matéria-prima vegetal em bom estado de conservação, estar isento de substâncias estranhas a sua composição, aspecto límpido, cor e odores características, embalagem PET	UN	1.619



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

	de 900ml, validade de 06 (seis) meses na data da entrega.		
43	Orégano Desidratado, acondicionado em sacos de polietileno, pacotes de 50 gramas cada, o rótulo deve estar adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	30
44	Ovos de galinha, fresco, classe A, categoria extra, cor vermelha, casca íntegra e limpa. Bandeja com 12 unidades, contendo a data de fabricação e validade mínima de 15 dias da data do acondicionamento.	DZ	246
45	Carne de gado de 2ª paleta bovina sem osso em pedaços, magra, congelada, sem gordura e sebo, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos. Devidamente selada, com especificação de peso, validade, produto e marca/procedência. Validade a vencer de no mínimo 3 meses contados a partir da entrega.	KG	1.025
46	Pão para cachorro quente Especificação: Pão de 50 gramas cachorro quente. O Pão deve ser acondicionado em embalagem atóxica. Entrega semanal, conforme cronograma.	KG	115,3
47	Pão de Forma fatiado, pacotes de trigo, enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar, sal, fermento biológico, mono e diglicerídeos, o rótulo deve seguir as exigências do código de defesa do consumidor.	UND	675
48	Pão francês, pão de 50 gramas acondicionado em embalagem atóxica, com rótulo visível data de fabricação, prazo de validade e ingredientes, contendo 10 unidades por pacote.	KG	128,2
49	Pão Sovado: Pão de 50g. O pão deverá ser acondicionado em embalagem atóxica, contendo 8 unidades por pacote.	KG	480
50	Polenta instantânea de boa qualidade, embalagens de 500 gramas cada, deve seguir as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	260
51	Requeijão embalagem de no mínimo 200 gramas, o rótulo deve estar adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	175
52	Pó para suco diversos sabores, pacote de 1kg com	UN	235



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

	validade de até 06(seis) meses, a contar da data de entrega.		
53	SAGU de mandioca, fécula de mandioca granulada extraída das palmeiras que apresenta o formato de pequenas pérolas, embalagem de 500 gramas.	UN	50
54	Sal Marinho Refinado e Iodado, embalado em saco resistente de polietileno atóxico transparente. Validade mínima de 06(seis) meses, a contar no ato da entrega.1kg	KG	1.281
55	Salsicha em conserva 180 gramas, de boa qualidade, acondicionado em latas de 180 gramas cada, sem ferrugem e sem amassados, deve seguir as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	250
56	Sardinha em óleo comestível, de boa qualidade, acondicionado em latas de 140 gramas cada, sem ferrugem e sem amassados, deve seguir as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	1.835
57	Tempero completo, 300 gramas, conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de fabricação, data de validade e condições de armazenagem.	UN	113
58	Vinagre de álcool, embalagem pet de 750 ml cada. Deve seguir as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	123
59	Uva Passa Preta – sem adição de açúcar, acondicionada em embalagem plástica, íntegra, atóxica, contendo todos os dados de identificação e validade. Embalagem de 1 kg.	KG	30
60	Abóbora Cabotiá de 1ª qualidade, tamanho médio, ponto de amadurecimento médio, características naturais ao produto, casca são livre de rupturas e rachaduras, limpa, livre de contaminação e devidamente acondicionada	KG	360
61	Alface de boa qualidade, nova, sem machucados, pés em tamanho médio.	UN	400
62	Batata doce, tamanho médio, de 1º qualidade, acondicionadas em embalagens de até 2 kg cada.	KG	160
63	Batata inglesa, de primeira qualidade, compacto e firme, com boa evolução de tamanho, cor e sabor típicos da sua espécie.	KG	750
64	Beterraba, tamanho médio, nova, de 1º qualidade, acondicionadas em embalagens de até 2 kg cada.	KG	200
65	Brócolis de 1ª qualidade, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isento de sujidades,	KG	20



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

	parasitas e larvas. Acondicionadas em sacos de 5Kg ou 3Kg.		
66	Cebola branca extra, firme e compacta, devendo ser graúda, isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades.	KG	450
67	Cenoura, tamanho médio, nova, de 1º qualidade, sem folhas, acondicionadas em embalagens de até 2 kg cada.	KG	250
68	Maçã nacional, de boa qualidade, sem machucados, grau médio de amadurecimento, acondicionados em sacos plásticos, contendo no máximo 2 kg cada embalagem, quando da entrega nas unidades descritas no cronograma de entrega, o produto deverá ser analisado pelo responsável.	KG	300
69	Mamão comum, de boa qualidade, sem machucados, grau médio de amadurecimento, acondicionados em sacos plásticos, contendo no máximo 2 kg cada.	KG	400
70	Mandioca descascada de boa qualidade, sem machucados, limpas sem terra, acondicionadas em embalagens de até 2 kg cada.	KG	150
71	Repolho branco de boa qualidade, novo, sem machucados, grau médio de amadurecimento.	KG	350
72	Tomate Extra, tipo salada, frutos com 60% a 70% de maturação climatizada, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, tamanho e coloração uniforme, com poupa firme e intactas, livre de parasitas e larvas, material terroso sujidades.	KG	700
73	Manga, in natura, de boa qualidade, sem machucados ou danificações.	KG	200
74	Melancia, in natura, de boa qualidade, sem machucados ou danificações.	UN	21
75	Pimentão verde in natura, de boa qualidade, sem machucados ou danificações.	KG	20
76	Tempero verde de salsinha e cebolinha, com sabor fresco, cítrico e levemente pungente, maço de no mínimo 100g.	UN	103
77	Capa fardo resistente, capacidade para 30K	UN	5.000

OBSERVAÇÕES:

a) Os materiais ora licitados deverão ser entregues, obedecendo ao cronograma e locais, conforme Termo de Referência (anexo I), das 9h às 15h, atendendo solicitação por parte das Secretarias. As despesas de frete correrão por conta da Empresa Licitante vencedora.

b) Para efeito de cotação dos preços, as Empresas Licitantes deverão observar item a item e fazer constar na proposta o valor unitário do quilograma, pacote, litro ou unidade, conforme o exigir, devendo para tanto proceder a transformação dos valores quando



necessário, de modo a contemplar o valor da unidade exigida.

1.2. Em eventual divergência entre o Edital e o Termo de Referência prevalecerá o Edital.

1.3. DA QUALIDADE DOS PRODUTOS:

a) Os produtos perecíveis deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação para consumo humano.

b) O fornecedor é o único responsável pela entrega e conservação de gêneros perecíveis conforme Lei nº 8.078 (CPDC).

c) No caso de produto importado a Empresa deverá apresentar comprovante de autorização do produto expedido por órgão oficial.

2. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. Os materiais ora licitados deverão ser entregues semanalmente, durante o período de até 5 meses, obedecendo ao cronograma conforme Termo de Referência (anexo I). As entregas deverão ser realizadas diretamente na Secretaria de Assistência Social, localizada à Rua XV de Novembro, 183, Centro, Caçapava do Sul, das 9h às 15h, e na Oficina Municipal, localizada à Rua Silva Jardim, 198, Centro, Caçapava do Sul, atendendo solicitação por parte da Secretarias. As despesas de frete correrão por conta da Empresa Licitante vencedora.

2.2. Todas as mercadorias serão revisadas, conforme a qualidade, embalagem e data de fabricação que deverá ser recente em embalagens conforme especificação de cada item.

2.3. As mercadorias que não estiverem dentro dos padrões exigidos, de acordo com as especificações de cada item, serão devolvidas à Empresa, sendo desta a responsabilidade pela reposição das mesmas em até cinco (05) dias úteis;

2.4. O descumprimento desta obrigação gerará a suspensão de toda e qualquer compra efetuada pela Prefeitura e publicação na imprensa dos motivos desta suspensão.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas que estiverem credenciadas junto ao Portal de Compras Banrisul.

3.2. A licitante não credenciada poderá efetuar o pedido de credenciamento na Seção de Credenciamento de Fornecedores, mediante o preenchimento de formulário eletrônico disponível no site <http://www.pregaobanrisul.com.br>.

3.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para o acesso ao sistema eletrônico www.pregaobanrisul.com.br, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, assim como receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



- 3.6.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.7.** Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:
- 3.7.1.** Que a licitante tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no edital;
- 3.7.2.** Que a licitante assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização no ato da assinatura de ata de registro de preço e/ou contrato, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública;
- 3.7.3.** Que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização no ato da assinatura de ata de registro de preço/contrato, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na legislação aplicável, em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;
- 3.7.4.** Que a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 3.7.5.** Que a licitante tem conhecimento acerca das condutas passíveis de penalidades elencadas no Edital e aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021;
- 3.7.6.** Que até a presente data inexistem fatos impeditivos à participação da licitante, conforme consta no edital, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica;
- 3.7.7.** Que a licitante tem pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, quando for o caso.
- 3.7.8.** Que a licitante disporá para a execução do contrato de: instalações, pessoal qualificado e aparelhamento técnico adequado e disponível para cumprir o objeto da licitação, quando for o caso.
- 3.8.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.
- 3.9.** A presente licitação é exclusiva para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 3.10.** Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas enquadram-se nessa(s) categoria(s).
- 3.10.1.** A falsidade da declaração de que trata este item sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.
- 3.11.** Não poderão participar deste Pregão:
- 3.11.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.11.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.11.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.11.4.** Pessoa jurídica que esteja em processo de falência ou concordata, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial;



- 3.11.4.1.** As pessoas jurídicas em recuperação judicial ou extrajudicial, cuja participação é permitida, deverão comprovar, na fase de habilitação, a aprovação e homologação judicial do respectivo plano de recuperação.
- 3.11.5.** Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.11.6.** Empresa cujos objetos sociais não sejam compatíveis com o objeto deste Pregão;
- 3.11.7.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com ocupantes do quadro do Município de Caçapava do Sul, nos cargos de direção ou chefia, ou exercentes de função gratificada de mesma natureza ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.11.8.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.11.9.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.11.10.** Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.11.11.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.11.12.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.11.13.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 3.12.** O impedimento de que trata o item 3.11.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.13.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.11.2 e 3.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.14.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.15.** O disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.16.** A vedação de que trata o item 3.11.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

- 4.1.** O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, cuja proposta tiver sido aceita, deverá anexar a documentação de habilitação, através do sistema eletrônico, ocasião em que



será concedido o prazo mínimo **de 1 (uma) hora**, prorrogável a critério do pregoeiro, sob pena de inabilitação. Os documentos necessários são os seguintes:

- a) **Registro Comercial**, no caso de Empresa Individual;
- b) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus Administradores.
- c) Prova de Inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)**;
- d) Prova de Regularidade para com as **Fazendas Municipal e Estadual**, sendo a Municipal do local da Sede do Licitante. As Certidões Municipais que não constarem o prazo de validade, somente serão consideradas, se expedidas dentro de trinta (30) dias de antecedência da abertura das Propostas;
- e) Prova de regularidade quanto aos **tributos federais**, abrangendo inclusive os relativos à seguridade social, e à dívida ativa da União, emitida pela Receita Federal;
- f) Prova de Regularidade junto ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;
- g) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- h) Certidão Negativa de **Falência ou Recuperação Judicial** expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica (válida se expedida dentro de 90 dias antes da abertura das Propostas).
- i) **Declarações**, conforme o **Anexo V** – Modelos de Declarações para Habilitação;
- j) Declaração firmada por Contador, Técnico Contábil ou Representante Legal, de que a licitante é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014 (**Anexo VI**).

OBS.: Tratando-se de filial, os documentos de habilitação deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 5.1.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras a sua proposta e lances.
- 5.2.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.3.** A **Proposta de Preços**, a qual deverá ser anexada ao sistema, deverá consignar expressamente, o **valor unitário e total** do lote, em moeda nacional (R\$), **fazendo constar a marca do produto ofertado**. Nos preços deverão estar contempladas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, toda e qualquer despesa que venha a incidir sobre o preço dos produtos.
- 5.4.** A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 5.5.** As propostas deverão atender integralmente o **Termo de Referência – Anexo I**, deste Edital.
- 5.6.** Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.
- 5.7.** O upload da proposta será de total responsabilidade do licitante, o qual deverá certificar-se de que essa seja visível e legível em sua integridade.



- 5.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas anteriormente inseridas no sistema até o prazo limite para cadastramento destas.
- 5.9.** Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.10.** O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas neste Edital.
- 5.11.** Na etapa de Julgamento da Proposta, a empresa vencedora da disputa de lances deverá enviar, no prazo estabelecido pelo pregoeiro a **proposta final atualizada**, contendo, ainda, os dados da empresa, tais como razão social, CNPJ, endereço completo, número de telefone, correio eletrônico, dados da conta corrente e o nome do responsável por contatar com o Município de Caçapava do Sul e por assinar o contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1.** A partir do horário previsto para a abertura das propostas, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, quando o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, classificando aquelas que atendam ao Edital e desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos.
- 6.1.1.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.1.2.** Não caberá desistência após abertura da sessão, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 6.2.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e as licitantes.
- 6.4.** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances.

7. DA DISPUTA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

- 7.1.** Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.
- 7.2.** A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de seu registro e valor.
- 7.3.** O critério de julgamento de classificação das empresas será **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 7.4.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote, incluindo as despesas de frete.
- 7.5.** A licitante poderá oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital, sendo que somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.6.** O **intervalo mínimo** de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de pelo menos 0,20% (vinte centésimos por cento).
- 7.7.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.



7.8. Na fase de disputa, será observado o seguinte intervalo entre os lances:

- a) 3 (três) segundos caso os lances sejam ofertados por licitantes diferentes;
- b) 10 (dez) segundos caso os lances sejam ofertados pela mesma licitante.

7.9. Durante o transcurso da disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

7.10. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.10.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes.

7.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.12. O procedimento para envio de lances neste pregão eletrônico seguirá de acordo com o **modo de disputa aberto**, de forma que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será **prorrogada automaticamente** pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A **prorrogação automática** da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.14.1. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.14.1.1. disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.14.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.14.1.3. desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.14.1.4. desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.14.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.14.2.1. empresas estabelecidas no território do estado do Rio Grande do Sul;

7.14.2.2. empresas brasileiras;



- 7.14.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.14.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.15.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá realizar a negociação com a primeira colocada, de forma a obter condições mais vantajosas para a Administração.
- 7.15.1.** A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.15.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.15.3.** O valor ofertado durante a negociação deverá ser registrado em campo próprio do sistema.
- 7.16.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 8.1.** Encerrada a negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e, em caso positivo, aceitará o valor.
- 8.2.** Caso o valor seja aceito, o pregoeiro designará prazo e solicitará ao licitante mais bem classificado para que realize o upload da proposta final, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares requeridos.
- 8.2.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou de ofício.
- 8.2.2.** Caso o lance final seja diverso do inicial, o valor unitário deverá ser atualizado na aba “Valor Itens”, durante o prazo disponibilizado.
- 8.3.** Será desclassificada a proposta que:
- a) contiver vícios insanáveis;
 - b) não atender às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - e) não atender a todos os requisitos exigidos no item 4 deste Edital;
 - f) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
 - g) opuser-se a qualquer dispositivo legal vigente.
- 8.4.** Serão desconsideradas, para efeito de julgamento, vantagens não requeridas neste Edital.
- 8.5.** Os valores registrados no sistema eletrônico prevalecerão sobre os constantes no anexo da proposta, se houver divergência.
- 8.6.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.7.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo definido pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.



8.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.7.2. Também será considerado erro no preenchimento da planilha, e, portanto, passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.8. A critério do pregoeiro, em se verificando prejuízos à celeridade do procedimento licitatório, será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo pregoeiro, respeitados os prazos mínimos definidos neste edital.

8.8.1. Será observada a divulgação a todos os interessados.

8.8.2. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser encaminhados, de forma eletrônica, através do sítio eletrônico <https://pregaobanrisul.com.br>.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. Aceita a intenção de recurso, conceder-se-á à recorrente o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões escritas.

10.3. Findo o prazo, ficam as demais licitantes intimadas a apresentarem contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis.

10.4. As razões e as contrarrazões devem ser interpostas por escrito, dirigidas ao Pregoeiro e anexadas ao sistema.

10.5. Não serão conhecidas as razões e as contrarrazões de recursos apresentadas intempestivamente.

10.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7. Analisado(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o pregoeiro dará continuidade ao certame.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado à licitante da proposta vencedora:

11.2. A homologação do certame será realizada pelo Prefeito.



11.3. A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

11.4. A adjudicatária obriga-se a manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação, devendo comunicar ao Município, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando exigido;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o Pedido (instrumento equivalente) no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. fraudar a licitação;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato/empenho licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 1% (um por cento) do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Município de Caçapava do Sul-RS.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos.

13.2. As despesas decorrentes de frete, correrão às expensas da Empresa Licitante vencedora.

13.3. Para as despesas decorrentes da presente Licitação, serão utilizados recursos das seguintes **Dotações Orçamentárias:**

Programa de Trabalho	2160 (Manutenção do Abrigo Bem me quer)
Natureza da despesa	33903007
Código Reduzido	2074/2145/7059
Fonte de Recurso	1500(01) / 1660(1124) / 1661(1124)

Programa de Trabalho	2169 (Manutenção do Fundo de Assistência Social)
Natureza da despesa	33903205
Código Reduzido	2166/6723/7474
Fonte de Recurso	1500(01)

Programa de Trabalho	020
Natureza da despesa	33903205
Código Reduzido	7136
Fonte de Recurso	1706(3843)

Emenda Parlamentar individual nº. 202240450002 - Deputado Marlon Santos - Saldo da emenda: R\$ 30.000±(trinta mil reais) - Banco 104 – Caixa Econômica Federal - Agência 604-1 - Conta 6672011-3

Programa de Trabalho	2157 (Manutenção do CRAS/ PSB/PBV3/SCFV)
Natureza da despesa	33903007
Código Reduzido	2217
Fonte de Recurso	1660(1121)

13.4. Quando da realização dos pagamentos serão processadas as retenções de tributos, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, exceto quando a Empresa for optante do simples nacional.

14. DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. As partes permanecem responsáveis pela gestão de seus bancos de dados, sendo **CONTROLADORAS** dos dados dos titulares cadastrados em suas respectivas bases cadastrais, inclusive para fins de compartilhamento de dados entre os partícipes do presente instrumento.



14.1.1. Cabe a cada parte deste instrumento realizar a correção, exclusão e/ou bloqueio de dados pessoais em sua base cadastral, que porventura sejam solicitados por seus clientes, titulares de dados;

14.1.2. As partes, incluindo todos os seus colaboradores, comprometem-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público, ainda que este Convênio/Contrato venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução;

14.1.3. As partes comprometem-se a adotar medidas, ferramentas e tecnologias necessárias para garantir a segurança dos dados e cumprir com suas obrigações, sempre considerando o estado da técnica disponível e o nível de segurança necessário;

14.1.4. As partes deverão manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de Dados Pessoais sejam estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis;

14.1.5. Havendo o compartilhamento de dados pessoais durante a execução do presente instrumento, estabelecem as partes que caberá a cada um o controle e fiscalização de sua base de dados em seus sistemas ou demais repositórios de dados, sendo responsabilidade exclusiva de cada parte o acompanhamento do ciclo de vida do dado e consequente eliminação, quando aplicável.

14.2. O tratamento dos dados pessoais ocorrerá para o cumprimento exclusivo das seguintes finalidades:

- a) execução de atividade, produto ou serviço vinculado ao contrato;
- b) para prestação de contas das obrigações dispostas no instrumento originário;
- c) enquanto necessário para atender prazos legais ou regulatórios perante órgãos de controle.

14.3. Se qualquer legislação nacional ou internacional aplicável ao tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Contrato vier a exigir adequação de processos e/ou instrumentos contratuais por forma ou meio determinado, as partes desde já acordam em celebrar termo aditivo escrito neste sentido.

14.4. Fica assegurado, nos termos da lei, o direito de regresso em face da parte que deu causa, para reparação de eventuais danos causados em decorrência do descumprimento das obrigações aqui assumidas em relação a Proteção dos Dados.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.9. É facultado ao pregoeiro:

a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do Pregão, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta.

b) no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

c) convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

15.10. As proponentes intimadas para quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico <https://www.pregaobanrisul.com.br> e <https://www.cacapavadosul.rs.gov.br>

15.12. Durante todas as fases do procedimento licitatório, e, também, antes da assinatura do contrato, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

15.13. Independentemente de declaração expressa, a simples participação no presente processo licitatório implica aceitação tácita das condições estipuladas neste Edital, decaindo o direito de impugnar os seus termos a licitante que, tendo o aceite sem quaisquer objeções, vier, após o julgamento que lhe for desfavorável, manifestar-se acerca de eventuais falhas e/ou irregularidades que o viciem.

15.14. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.15. A licitante declarada vencedora no certame ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

15.16. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pelo Setor de Licitações do Município.

15.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



- 15.17.1. Anexo I – Termo de Referência;
 - 15.17.2. Anexo II – Modelo de Proposta;
 - 15.17.3. Anexo III – Modelos de Declarações para Habilitação;
 - 15.17.4. Anexo IV – Modelo de Declaração de ME/EPP;
 - 15.17.5. Anexo V – Minuta de Contrato.
- 15.18. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente Foro da Comarca de Caçapava do Sul – RS, com a renúncia expressa de qualquer outro Foro.

Caçapava do Sul, 10 de junho de 2025.

MARCELO C. SPODE,
Prefeito.



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da definição do objeto

Abertura de processo licitatório através de pregão eletrônico com base na Lei 14133/2021, para a aquisição de gêneros alimentícios que esta previsto no PAC, visando suprir as necessidades diárias do serviço de acolhimento bem me quer, pessoas em situação de vulnerabilidade social, Albergue Municipal e Secretaria de Obras por um período de 6 (seis) meses.

ITEM	DESCRIÇÃO /ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	Achocolatado instantâneo em pó, em embalagem de no mínimo 400g.	PCT	150
2	Açúcar Cristal tipo 1, de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar, de 1 kg cada, na embalagem deverá constar data de fabricação, data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 06(seis) meses, a contar da data da entrega	PCT	2.100
3	Açúcar Cristal tipo 1, de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar, de 2 kg cada, na embalagem deverá constar data de fabricação, data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 06(seis) meses, a contar da data da entrega	PCT	475
4	Açúcar mascavo de no mínimo 1kg isento de matéria estranha com validade de no mínimo 6 meses.	PCT	100
5	Alho, de primeira qualidade, bem desenvolvido, grãos uniformes, de tamanho médio à grande, compactado e firme, coloração uniforme típica da variedade, sem rachaduras, cortes, perfurações, sujidades, parasitas e larvas.	KG	42
6	Amido de milho em pacote de polietileno de 1kg cada. Apresentar registro no órgão competente e prazo de validade. O rótulo deve ser adequado a Legislação específica do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	KG	50
7	Arroz tipo 1, branco, embalagem de 1kg cada, preparados com matérias-primas, sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, de parasitase de detritos animais ou vegetais. Com prazo de validade para no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	PCT	2.100



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

8	Arroz tipo 1, branco, embalagem de 2kg cada, preparados com matérias-primas, sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, de parasitase de detritos animais ou vegetais. Com prazo de validade para no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	PCT	1.050
9	Bebida Láctea – Produto obtido a partir de leite ou leite reconstituído e/ou derivado de leite, reconstituído ou não, fermentado ou não, com adição ou sem de outros ingredientes, onde a base láctea represente pelo menos 51% do total de ingredientes do produto. Sabor: Morango. Deve apresentar o certificado de Inspeção federal ou estadual. Embalagem primária: Sacos de polietileno leitoso com bordas hermeticamente fechados, com identificação: data de fabricação e de validade. Validade mínima de 5 dias. Embalagens de 900g a 1kg.	UND	300
10	Aveia em flocos enriquecida com vitaminas e sais minerais, em caixa. Rótulo contendo informação nutricional, data fabricação, validade e lote. Validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega do produto. Embalagem 200 gramas.	UN	250
11	Bolacha doce sortida, de boa qualidade, em embalagens plásticas de no mínimo 360 g cada. Na embalagem deve constar registro do MS, data de fabricação e prazo de validade. O Rotulo deve seguir as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	PCT	910
12	Bolacha salgada tipo Cream Cracker, de boa qualidade, em embalagens plásticas de no mínimo 360g cada com dupla proteção. Na embalagem deve constar data de fabricação, prazo de validade e registro MS, o rotulo deve seguir as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA	PCT	1750
13	Bolacha doce tipo Maria – Características técnicas: cozimento conveniente de massa de farinha de trigo preparada com farinhas, amidos, féculas, fermentadas ou não e outras substâncias permitidas na legislação. Umidade máxima de 8% e lipídeos mínimo de 8%. Ingredientes: farinha de trigo, açúcar, açúcar invertido, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio, fosfato de monocálcio) e aromatizante. Embalagem primária: tripla embalagem interna em polipropileno bi-orientado e externa em filma laminado flexível	PCT	100



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

	composto de polipropileno bi-orientado. Pacotes de 400 gramas		
14	Café torrado e moído tradicional a vácuo, 100% café, isento de sujidades e substâncias estranhas a sua natureza. Embalagem de 500g.	UN	176
15	Café granulado solúvel de boa qualidade, em embalagens de no mínimo 200 gramas.	UN	1.192
16	Canjiquinha de milho amarela e fina, tipo 1, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos. Embalagem saco plástico transparente atóxico de 500 gramas cada. O rotulo deve apresentar-se conforme as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	PCT	1.310
17	Caldo de galinha caixa c/6	UN	60
18	Carne Bovina de 2º moída, Fresca com no máximo 20% de gordura e 20% de aponevroses, sem osso, deve estar embalada em plástico atóxico, contendo no máximo 2kg cada.	KG	950
19	Coxa e sobrecoxa de Frango, sem dorso e condimentos congelada, não temperada, de boa qualidade, isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, que sejam impróprias não consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de micro-organismos. Devidamente selada, com especificações de peso, validade, produto marca/procedência. Validade de no mínimo 3 meses a partir da data de entrega.	KG	1.900
20	Creme de leite de boa qualidade, embalagem de 200 gramas cada. O rótulo deve estar adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	150
21	Doce de frutas tipo Schimier – sabor morango e uva, em potes plásticos lacrados de no mínimo 400 gramas cada, na embalagem deve contar a data de fabricação e prazo de validade, o rotulo deve seguir as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	250
22	Doce de Leite de boa qualidade, no mínimo 350g. Validade de no mínimo 6 meses após entrega.	UN	200
23	Ervilha em lata de boa qualidade, latas de no mínimo 200 gramas cada, sem amassados ou ferragem. O rótulo deve estar adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	300



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

24	Farinha de Milho Fina, pura, acondicionada em embalagens transparentes resistentes com solda íntegra, contendo 1kg cada, com prazo de validade. O rótulo deve ser adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	PCT	1.100
25	Farinha de Trigo Especial, pura, branca, acondicionada em embalagens de papel resistente, contendo 1kg cada, com prazo de validade. O rótulo deve ser adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	PCT	1.200
26	Feijão preto tipo 01, 01 kg, grãos novos inteiros, aspecto brilhoso e liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade, embalado convencionalmente em embalagem de polietileno transparente, com dados de identificação, informação nutricional, data de fabricação, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação, com prazo de validade para no mínimo 06(seis) meses a partir da data de entrega	KG	1.879
27	Fermento Biológico Seco Instantâneo 10 g cada, deverá constar a data de fabricação e prazo de validade. O rótulo deve ser adequado ao código de defesa do consumidor e ANVISA	UN	30
28	Fermento em pó químico, em embalagens de no mínimo 200 gramas cada. Deverá constar a data de fabricação e prazo de validade. O rótulo deve ser adequado ao código de defesa do consumidor e ANVISA	UN	75
29	Filtro de Café nº. 103, formato de cone de alta qualidade, na gramatura ideal para a filtragem homogênea da bebida, sem resíduos. Embalagem com 30 unidades	UN	77
30	Gelatina de boa qualidade, em embalagens de no mínimo 20 gramas cada, sabores variados, a embalagem deverá conter data de fabricação e prazo de validade. O rótulo deve estar adequado a legislação específica. Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	300
31	Gordura animal - Banha de porco embalagem 1kg	KG	96
32	Leite condensado embalagens tetra pak de 395 gramas cada, contendo leite pasteurizado padronizado e/ou leite em pó, açúcar e lactose, na embalagem deve constar rótulo adequado com as exigências do Código da Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	150
33	Leite Longa Vida UHT Integral, em caixa tipo tetra	L	3.097



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

	pak contendo 1 litro cada unidade, o rótulo deve estar adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.		
34	Lentilha, grupo 1, novo, 1º qualidade, com prazo de validade, embalagens de plástico transparente resistente, com solda íntegra, sem a presença de grãos mofados, ardidos, brotados e ou carunchados, embalagens de 500 gramas cada, apresentar registro no Ministério da Agricultura, o Rotulo deve ser adequado a legislação específica do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	PCT	150
35	Linguiça mista: de boa qualidade, contendo carne de gado e porco, acondicionado em embalagem plástica atóxica.	KG	325
36	Macarrão, tipo espaguete, massa seca sem ovos, acondicionado em embalagem intacta de 500 g, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de fabricação, data de validade e condições de armazenagem. Validade mínima de 06(seis) meses a partir da data de entrega	PCT	2.110
37	Macarrão parafuso, Macarrão – Características técnicas: tipo parafuso, contendo farinha de trigo especial, com ovos, sêmola de trigo e glúten, betacaroteno. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas, ou fragilidade à pressão dos dedos. Teor de umidade máxima de 13%. Embalagem primária: sacos de polietileno transparente, atóxico, com tabela de composição nutricional. Unidade: Embalagem: 500g.	UN	650
38	Maionese, embalagem de no mínimo 200 gramas, o rotulo deve estar adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	300
39	Margarina com sal, embalagem de 500 gramas. Com validade de no mínimo de 6 (seis) meses na data de entrega.	UN	315
40	Milho Verde em lata ou sachê de 200 gramas cada, o rotulo deve estar adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	150
41	Molho de tomate em latas ou sachê de no mínimo 300 gramas. Deve seguir as evidências do Código de defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	1.249
42	Óleo de soja refinado, obtido de matéria-prima vegetal em bom estado de conservação, estar isento de substâncias estranhas a sua composição, aspecto límpido, cor e odores características, embalagem	UN	1.619



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

	PET de 900ml, validade de 06 (seis) meses na data da entrega.		
43	Orégano Desidratado, acondicionado em sacos de polietileno, pacotes de 50 gramas cada, o rótulo deve estar adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	30
44	Ovos de galinha, fresco, classe A, categoria extra, cor vermelha, casca integra e limpa. Bandeja com 12 unidades, contendo a data de fabricação e validade mínima de 15 dias da data do acondicionamento.	DZ	246
45	Carne de gado de 2ª paleta bovina sem osso em pedaços, magra, congelada, sem gordura e sebo, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos. Devidamente selada, com especificação de peso, validade, produto e marca/procedência. Validade a vencer de no mínimo 3 meses contados a partir da entrega.	KG	1.025
46	Pão para cachorro quente Especificação: Pão de 50 gramas cachorro quente. O Pão deve ser acondicionado em embalagem atóxica. Entrega semanal, conforme cronograma.	KG	115,3
47	Pão de Forma fatiado, pacotes de trigo, enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar, sal, fermento biológico, mono e diglicerídeos, o rótulo deve seguir as exigências do código de defesa do consumidor.	UND	675
48	Pão francês, pão de 50 gramas acondicionado em embalagem atóxica, com rótulo visível data de fabricação, prazo de validade e ingredientes, contendo 10 unidades por pacote.	KG	128,2
49	Pão Sovado: Pão de 50g. O pão deverá ser acondicionada em embalagem atóxica, contendo 8 unidades por pacote.	KG	480
50	Polenta instantânea de boa qualidade, embalagens de 500 gramas cada, deve seguir as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	260
51	Requeijão embalagem de no mínimo 200 gramas, o rótulo deve estar adequado ao Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	175



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

52	Pó para suco diversos sabores, pacote de 1kg com validade de até 06(seis) meses, a contar da data de entrega.	UN	235
53	SAGU de mandioca, fécula de mandioca granulada extraída das palmeiras que apresenta o formato de pequenas pérolas, embalagem de 500 gramas.	UN	50
54	Sal Marinho Refinado e Iodado, embalado em saco resistente de polietileno atóxico transparente. Validade mínima de 06(seis) meses, a contar no ato da entrega. 1kg	KG	1.281
55	Salsicha em conserva 180 gramas, de boa qualidade, acondicionado em latas de 180 gramas cada, sem ferrugem e sem amassados, deve seguir as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	250
56	Sardinha em óleo comestível, de boa qualidade, acondicionado em latas de 140 gramas cada, sem ferrugem e sem amassados, deve seguir as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	1.835
57	Tempero completo, 300 gramas, conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de fabricação, data de validade e condições de armazenagem.	UN	113
58	Vinagre de álcool, embalagem pet de 750 ml cada. Deve seguir as exigências do Código de Defesa do Consumidor e ANVISA.	UN	123
59	Uva Passa Preta – sem adição de açúcar, acondicionada em embalagem plástica, íntegra, atóxica, contendo todos os dados de identificação e validade. Embalagem de 1 kg.	KG	30
60	Abóbora Cabotia de 1ª qualidade, tamanho médio, ponto de amadurecimento médio, características naturais ao produto, casca são livre de rupturas e rachaduras, limpa, livre de contaminação e devidamente acondicionada	KG	360
61	Alface de boa qualidade, nova, sem machucados, pés em tamanho médio.	UN	400
62	Batata doce, tamanho médio, de 1º qualidade, acondicionadas em embalagens de até 2 kg cada.	KG	160
63	Batata inglesa, de primeira qualidade, compacto e firme, com boa evolução de tamanho, cor e sabor típicos da sua espécie.	KG	750
64	Beterraba, tamanho médio, nova, de 1º qualidade,	KG	200



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

	acondicionadas em embalagens de até 2 kg cada.		
65	Brócolis de 1ª qualidade, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isento de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em sacos de 5Kg ou 3Kg.	KG	20
66	Cebola branca extra, firme e compacta, devendo ser graúda, isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades.	KG	450
67	Cenoura, tamanho médio, nova, de 1º qualidade, sem folhas, acondicionadas em embalagens de até 2 kg cada.	KG	250
68	Maçã nacional, de boa qualidade, sem machucados, grau médio de amadurecimento, acondicionados em sacos plásticos, contendo no máximo 2 kg cada embalagem, quando da entrega nas unidades descritas no cronograma de entrega, o produto deverá ser analisado pelo responsável.	KG	300
69	Mamão comum, de boa qualidade, sem machucados, grau médio de amadurecimento, acondicionados em sacos plásticos, contendo no máximo 2 kg cada.	KG	400
70	Mandioca descascada de boa qualidade, sem machucados, limpas sem terra, acondicionadas em embalagens de até 2 kg cada.	KG	150
71	Repolho branco de boa qualidade, novo, sem machucados, grau médio de amadurecimento.	KG	350
72	Tomate Extra, tipo salada, frutos com 60% a 70% de maturação climatizada, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, tamanho e coloração uniforme, com poupa firme e intactas, livre de parasitas e larvas, material terroso sujidades.	KG	700
73	Manga, in natura, de boa qualidade, sem machucados ou danificações.	KG	200
74	Melancia, in natura, de boa qualidade, sem machucados ou danificações.	UN	21
75	Pimentão verde in natura, de boa qualidade, sem machucados ou danificações.	KG	20
76	Tempero verde de salsinha e cebolinha, com sabor fresco, cítrico e levemente pungente, maço de no mínimo 100g.	UN	103
77	Capa fardo resistente, capacidade para 30K	UN	5.000



Parágrafo Único: A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser realizada semanalmente pela licitante vencedora diretamente na SEDEST, localizada na Rua XV de Novembro, 183, Centro, Horário das 9 às 15 horas.

- As despesas de frete correrão por conta da Empresa Licitante vencedora.

Segue abaixo o cronograma de entrega

- As entregas deverão ocorrer durante o período de 25 (vinte e cinco) semanas, 6 (seis) meses.

- Nos casos em que a quantidade não fechar a quantidade total exata ao final do período citado (quando a quantidade da próxima semana for inferior à quantidade semanal proposta), os produtos deverão ser entregues em uma entrega final somando-se a quantidade da semana subsequente.

- Os itens referentes a cesta básica serão divididos em duas entregas.

ENTREGAS ABRIGO E ALBERGUE		
Produto	Quantidade Total	Entrega Semanal
Achocolatado em pó, 400g	150	6
Açúcar cristal, 2kg	275	11
Amido de milho, 1kg	50	2
Arroz branco, 2kg	600	24
Bolacha doce sortida, 360g	700	28
Bolacha salgada Cream Cracker, 360g	700	28
Café torrado e moído, 500g	80	3
Café solúvel granulado, 200g	125	5
Canjiquinha de milho, 500g	160	6
Carne bovina moída, 2kg	750	30
Creme de leite, 200g	150	6
Ervilha em lata, 200g	300	12
Farinha de milho fina, 1kg	50	2
Farinha de trigo especial, 1kg	150	6
Feijão preto, 1kg	650	26
Fermento biológico seco, 10g	30	1
Coxa e sobrecoxa de frango, congelada	1400	56
Fermento em pó químico, 200g	75	3
Gelatina, 20g	300	12
Doce de frutas, 400g	250	10
Leite condensado, 395g	150	6
Leite longa vida integral, 1L	1000	40
Lentilha, 500g	150	6
Linguiça mista	325	13
Macarrão espaguete, 500g	650	26
Maionese, 200g	300	12
Margarina com sal, 500g	275	11



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

Milho verde em lata ou sachê, 200g	150	6
Molho de tomate, 300g	500	20
Óleo de soja, 900ml	400	16
Orégano desidratado, 50g	30	1
Ovos de galinha, 12 unidades	150	6
Paleta bovina sem osso, congelada	225	9
Polenta instantânea, 500g	260	10,4
Sagu de mandioca, 500g	50	2
Sal refinado, 1kg	135	5,4
Sardinha em óleo, 140g	575	23
Suco em pó, 1kg	175	7
Vinagre de álcool, 750ml	125	5
Pão francês	128,2	5
Alho	20	1
Pão para cachorro-quente	115,3	5
Pão de forma fatiado	675	27
Alface	400	16
Banana Caturra	0	0
Batata-doce	100	4
Batata inglesa	450	18
Beterraba	200	8
Cebola branca	250	10
Cenoura	250	10
Maçã nacional	300	12
Mamão	400	16
Mandioca descascada	150	6
Repolho branco	350	14
Tomate tipo salada	450	18
Macarrão parafuso, 500g	650	26
Aveia em flocos, 200g	250	10
Tempero completo, 300g	120	4
Salsicha em conserva, 180g	250	10
Uva passa preta, 1kg	30	1
Requeijão, 200g	175	7
Bebida láctea, 900g a 1kg	300	12
Bolacha Maria, 400g	100	4
Brócolis	20	0,8
Moranga cabotiá	300	12



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

Açúcar mascavo	100	4
Manga	200	8
Melancia	250	10
Doce de leite, 350g	200	8
Gordura animal - Banha de porco	0	0
Arroz branco tipo 1 de 1kg	0	0
Açúcar cristal de 1kg	0	0
Filtro para café nº103, caixa c/30	25	1
Caldo de galinha caixa c/6	0	0
Pimentão verde	0	0

ENTREGAS SECRETARIA DE OBRAS:		
Produto	Quantidade Total	Entrega Semanal
Açúcar cristal, 2kg	100 un	4
Arroz branco, 2kg	450	18
Café torrado e moído, 500g	96	3
Canjiquinha de milho, 500g	100	4
Carne bovina moída, 2kg	100 pct	4
Leite longa vida integral, 1L	400	16
Margarina com sal, 500g	40	1,6
Molho de tomate, 300g	96	3
Ovos de galinha, 12 unidades	96	3
Paleta bovina sem osso, congelada	800	25
Sal refinado, 1kg	96	3
Suco em pó, 1kg	60	2
Pão sovado	960	35
Alho	20 kg	0,8
Batata-doce	60kg	2,4
Batata inglesa	300kg	12
Cebola branca	200kg	8
Tomate tipo salada	250kg	10
Tempero completo, 300g	96	3
Gordura animal - Banha de porco	96	3
Filtro para café nº103, caixa c/30	60	2
Caldo de galinha caixa c/6	60	2
Pimentão verde	60kg	2,4



CESTA BÁSICA		
Produto	Quantidade Total	Quantidade trimestral
Arroz tipo 1 pct 1 kg	2.100	1050
Feijão preto pct 1 kg	1.050	525
Óleo de soja 900 ml	1.050	525
Sal pct 1 kg	1.050	525
Açúcar pct 1kg	2.100	1050
Canjiquinha pct 400g	1.050	525
Macarrão pct 500g	1.260	630
Sardinha lata com no mínimo 125g	1.260	630
Farinha de Trigo pct 1kg	1.050	525
Farinha de milho pct 500g	1.050	525
Bolacha Salgada 400g	1.050	525
Bolacha sortida 360g	210	105
Leite integral 1 litro	1.680	840
Molho de tomate 300g	630	315
Café solúvel 50g	1.050	525
Capa fardo 30kg	5.000	5.000(única)

1.2. Justificativa

Necessita-se de compras de gêneros alimentícios para compor cestas básicas, para o serviço de acolhimento bem me quer, Albergue Municipal e servidores lotados na Secretaria de Obras que acampam toda a semana no interior no desenvolver de suas atividades, prezando desta pelo bem-estar de todos, sendo fundamental assegurar a disponibilidade de alimentos adequados e nutritivos para atender às necessidades diárias de cada envolvido.

1.3. Especificações técnicas

A descrição dos itens e projeção das quantidades e número de estimado de entrega encontra-se no 1.1 deste Termo de Referência.

1.4. Das condições de efetivação do Serviço.

1. Início da execução do objeto: **imediatamente** após a demanda apresentada.

1.5. Descrição do item e a quantidade da contratação:

O descritivo encontra-se no 1.1 e 1.2 deste Termo de Referência.

1.6. O Estudo Técnico Preliminar é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

1.7. Da estimativa do valor da contratação e preço máximo

Para a formação dos valores de referência, foram realizadas cotação de preços com potenciais fornecedores, além de pesquisas realizadas via sistemas como Banco de Preços



e Licitação. No entanto, em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Art. 24, optou-se pela não divulgação dos valores, mantendo em sigilo com objetivo de evitar que as propostas/lances gravitem em torno dos orçamentos fixados pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz, levando o competidor a oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Ampliando assim, a competitividade do certame e propiciando melhores propostas para administração. Salientamos ainda, que não haverá prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação desta contratação visa suprir as necessidades dos itens 1.1 e 1.2 deste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Atender a demanda diária de alimentos do Setor de Alimentação e Nutrição do Serviço de Acolhimento Bem me quer a fim de garantir o fornecimento de nutrientes necessários ao crescimento e desenvolvimento das crianças e adolescentes e o direito a uma alimentação saudável e adequada, bem como atender as demandas às pessoas em situação de vulnerabilidade social, do albergue municipal e secretaria de obras

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da Prestação do Serviço

4.1.1. Início da execução do objeto: **imediatamente** após a apresentação da demanda

4.2 Fiscalização:

4.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato a ser escolhido pela Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul - RS.

4.3. Do prazo de solicitação e do reajuste:

4.3.1. Não se aplica.

5. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

5.1. Serão exigidos para participação do processo licitatório os documentos descritos abaixo e todos os que por ventura não estiverem neste termo de referência serão por menorizados no edital de licitação.

- a) Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus Administradores.
- c) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) Prova de Regularidade para com as Fazendas Municipal, Estadual, Federal e Quanto a dívida da União, sendo a Municipal do local da Sede do Licitante. As Certidões Municipais que não constarem o prazo de validade, somente serão consideradas, se expedidas dentro de trinta (30) dias de antecedência da abertura das Propostas;



- e) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- g) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

- h) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica (válida se expedida dentro de 90 dias antes da abertura das Propostas).
- i) **DECLARAÇÃO** da própria proponente de que não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera.
- j) Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- k) Declaração firmada por Contador, Técnico Contábil ou Representante legal da Empresa, de que a licitante é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 (Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa que se enquadre no limite de receita de ME ou EPP).
- l) Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista na Entidade Contratante.

5.1.1. A documentação referida nas alíneas A à H poderá ser substituída pelo **CERTIFICADO** de Registro Cadastral – CRC, emitido pela CELIC ou SICAF válido na data para a apresentação das propostas.

6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Não se aplica.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A nota de empenho será o contrato com base no artigo 95 Inciso I e II da Lei 14133/2021

7.1. Do prazo

O prazo do contrato será vigente pelo período de 12(doze) meses.

7.2. Do local

As entregas deverão ser realizadas diretamente na Secretaria de Assistência Social, localizada à Rua XV de Novembro, 183, Centro, Caçapava do Sul, das 9h às 15h, e na Oficina Municipal, localizada à Rua Silva Jardim, 198, Centro, Caçapava do Sul, atendendo solicitação por parte da Secretarias. As despesas de frete correrão por conta da Empresa Licitante vencedora.

7.3. Das condições do pagamento

O pagamento será efetuado após 10(dez) dias após a entrega do produto e Nota Fiscal.

7.4. Da Declaração

A empresa contratada declara, estar na melhor forma de direito, estar devidamente habilitada para atender a demanda solicitada

7.5. Da dotação orçamentária

Para as despesas decorrentes da presente Licitação, serão utilizados recursos das seguintes

Dotações Orçamentárias:

ABRIGO BEM ME QUER:

Programa	de	2160 (Manutenção do Abrigo Bem me quer)
Trabalho		
Natureza	da	33903007
despesa		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL
CNPJ 88.142.302/0001-45 - Fone 55 3281 1351 – Rua XV de Novembro, 438 – CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul-RS

Código Reduzido 2074/2145/7059
Fonte de Recurso 1500(01) / 1660(1124) / 1661(1124)

Programa de Trabalho	2160 (Manutenção do Abrigo Bem me quer)
Natureza da despesa	339030-07
Código reduzido	2074 / 2145 / 7059 / 8307
Fonte de Recurso	1660 (1124) / 1500 (01)/ 1661 (1124) / 100(01)
Objeto da despesa	150

ALBERGUE:

Programa de Trabalho	2172
Natureza da despesa	339030-05
Código reduzido	2245
Fonte de Recurso	1500
Objeto da despesa	

CESTA BÁSICA:

Programa de Trabalho	2169
Natureza da despesa	3.3.90.32
Código reduzido	2166
Fonte de Recurso	1500 (01)
Objeto da despesa	

Programa de Trabalho	2169
Natureza da despesa	3.3.90.32
Código reduzido	7474
Fonte de Recurso	200(01)
Objeto da despesa	Bancada: MDB: 144; Bancada: PDT: 145; Bancada: PP: 146

Programa de Trabalho	2169
Natureza da despesa	3.3.90.32
Código reduzido	6723
Fonte de Recurso	100(01)
Objeto da despesa	Emenda individual: Patricia Castro – PT: 142 Emenda individual: Caio Casanova – PDT: 139

SECRETARIA DE OBRAS:

Programa de Trabalho	0412200022.102
----------------------	----------------



Natureza da despesa	3.3.90.30.00.00.00
Código reduzido	563
Fonte de Recurso	1500

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Entregar os produtos com pontualidade, no local conforme especificações constantes no item 7.2 deste Termo de Referência, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, marca, quer seja nas condições estabelecidas.

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato.

9.3. Responsabilizar-se pela entrega do objeto, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos.

9.4. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência contratual, informando a Contratante à ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

9.5. Será por conta da contratada as despesas com todos os tributos incidentes, taxas, impostos, contribuições, fretes, carretos e despesa com deslocamento, para a entrega do objeto contratado até os locais determinados para a sua entrega.

9.6. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento;

9.7. Comunicar, imediatamente e por escrito, a Administração Municipal, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária;

9.8. Atender com prontidão as reclamações por parte do município no que se refere ao objeto da licitação;

9.9. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de fornecer e fiscalizar o uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus funcionários e prepostos;

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Cumprir com todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

10.2. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no termo de responsabilidade.

10.3. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

10.4. Designar servidor responsável para o recebimento e instalação dos equipamentos no local indicado, sendo que este deverá verificar a conformidade do objeto com o solicitado na Nota de Empenho.

10.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Não se aplica.



12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, em contrato ou na legislação atinente à execução do objeto ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei n.º 14.133/21, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal n.º 5.215/23 e alterações:

13. ADVERTÊNCIA ESCRITA em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A execução do contrato será fiscalizada pelo responsável designado pela Secretaria de Assistência Social, através de Portaria.

15- RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Caçapava do Sul, 27 de Março de 2025

Norma de Oliveira Teixeira
Coordenadora do setor Almoarifado
Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho - SEDEST
Matrícula 471194



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

INSTRUÇÕES:

- As empresas participantes poderão optar por entregar suas propostas em modelo/formatação própria, no entanto, devem tomar o cuidado de fazer constar todas as informações constantes deste modelo, sob pena de possível desclassificação.
- Descrever as características do objeto ofertado, conforme o mínimo exigido neste edital.

OBSERVAÇÃO: Solicitamos a elaboração de **uma única proposta** que contemple todos os itens os quais deseja participar e anexar o mesmo documento nos respectivos lotes, sem a necessidade de elaborar uma proposta para cada item.

PROPOSTA FINANCEIRA

EDITAL Nº 3850/2025 - Pregão Eletrônico nº 26/2025

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados às demandas do SAIBMQ, Albergue Municipal, Secretaria de Obras e Cestas Básicas para compor Cestas Básicas às famílias em vulnerabilidade social

Nº do Item	Descrição do item	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total do item

Nos valores propostos acima, estão inclusos todas as despesas de frete e quaisquer encargos inerentes ao fornecimento dos produtos, tais como: tributos, taxas, transportes e outros que, direta e indiretamente, incidam sobre o perfeito e integral cumprimento da proposta apresentada.

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias contados a partir da data da apresentação desta proposta.

DADOS DA EMPRESA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Nome do contato:

Telefone:

E-mail:

Dados bancários para pagamento:

Local, data.

Nome e Cargo do Responsável pela Empresa



ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES PARA HABILITAÇÃO

INSTRUÇÕES:

- Entregar as declarações preferencialmente em papel timbrado da empresa.

(TIMBRE DA EMPRESA)

Ao

Município de Caçapava do Sul-RS.

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) portador(a) da Carteira de Identidade n....., DECLARA:

1. que tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação constantes na Lei Federal n. 14.133/2021;
2. que assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, enviados eletronicamente, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública;
3. que os documentos enviados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, conforme a legislação aplicável, em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;
4. que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);
5. que tem conhecimento acerca das condutas passíveis de penalidades previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme legislação aplicável;



6. que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica;
7. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
8. que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;
9. que tem pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos;
10. que disporá para a execução do contrato de: instalações, pessoal qualificado e aparelhamento técnico adequado e disponível para cumprir o objeto da licitação, quando for o caso.
11. que inexistem, em seus quadros, sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro do Município de Caçapava do Sul.

[CIDADE], [DATA]

Assinatura do representante legal

Nome e cargo do representante legal



ANEXO IV

(TIMBRE DA EMPRESA)

Ao Município de Caçapava do Sul-RS.

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DOS LIMITES LEGAIS (ME/EPP)

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, DECLARA que está devidamente enquadrada como Microempresa (ME) / Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

Além do enquadramento como ME/EPP com base no critério econômico (faturamento), declaramos que estamos em conformidade com os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 sob o aspecto contratual. Para tanto, informamos que, no ano de realização da presente licitação, a empresa não ultrapassou os limites de faturamento previstos em lei para ME/EPP, considerando todos os negócios firmados, independentemente de os valores amparados pelos contratos terem sido faturados ou não naquele ano.

Comprometemo-nos a apresentar todos os documentos comprobatórios necessários, caso sejamos selecionados como vencedores da licitação, a fim de comprovar a veracidade das informações acima declaradas.

Estamos cientes de que a apresentação de informações falsas ou inexatas poderá acarretar a exclusão da empresa do processo de licitação, além das sanções legais cabíveis.

[CIDADE], [DATA]

Assinatura do representante legal

Nome e cargo do representante legal



ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO N°

TERMO DE CONTRATO, que fazem entre si,
O MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL
e a Empresa.....
autorizados pelo **Edital nº 3850/2025**

NOME E QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL-RS, inscrito no CNPJ sob o nº 88.142.302/0001-45, com sede nesta Cidade, na Rua XV de Novembro, nº 438, adiante denominado simplesmente PREFEITURA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Marcelo C. Spode.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, localizada na XXXXXXXXXXXXX, adiante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu (sua) Administrador (a)/Sócio (a)/Presidente, Senhor (a) XXXXXX.

O presente contrato tem como fundamento o **Edital nº 3850/2025**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, e como finalidade a consecução do objeto contratado descrito abaixo, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a Contratação de Empresa visando a **Aquisição de gêneros alimentícios destinados às demandas do SAIBMQ, Albergue Municipal, Secretaria de Obras e Cestas Básicas para compor Cestas Básicas às famílias em vulnerabilidade social.**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e na proposta comercial.

1.1. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independente de transcrição:

1.1.1.O Edital da Licitação;

1.1.2.O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.1.3.A proposta da Contratada; e

1.1.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA II – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de dias contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA III – DO MODELO DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência e demais anexos do Edital nº 3850/2024.



CLÁUSULA IV – DO LOCAL DE ENTREGA

- 4.1. A entrega dos gêneros alimentícios será parcelada, diretamente nos locais indicados pelas Secretarias, horário de funcionamento das 9 h às 15 h de segunda a sexta feira.
- 4.2. No momento da entrega das mercadorias, além de todas as especificações solicitadas no edital, a Contratada deverá respeitar o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.3. Deverão ser observadas as exigências solicitadas com relação e composição, registros, validade, embalagem e acondicionamento para todos os produtos licitados;
- 4.4. A Contratada deverá entregar os produtos com no mínimo 60% (sessenta por cento) de sua vida útil (prazo de validade) contados a partir da entrega, e em embalagem oficial do fabricante, contendo marca e validade;
- 4.5. A pessoa indicada como responsável pelo recebimento das mercadorias em cada local, reserva-se o direito de não receber as mesmas se não estiverem de acordo com o solicitado, devendo a empresa substituí-las sem prejuízo ao Município;
- 4.6. Caberá à Contratada o descarregamento das mercadorias quando da entrega, devendo (s) possuir pessoal disponível para tal serviço;
- 4.7. As mercadorias deverão ser entregues no horário designado, mediante dois recibos assinados e carimbados pelo servidor responsável pelo recebimento, sendo que uma via do recibo ficará no local e a outra junto à nota fiscal;
- 4.8. As notas fiscais deverão ser entregues juntamente com os recibos para, após, serem encaminhados para pagamento;
- 4.9. Quando tratar-se de agroindústria deverá possuir registro junto ao SIM - Serviço de Inspeção Municipal e/ou na Secretaria de Saúde;
- 4.10. Os produtos ofertados por agroindústria deverão ser produzidos pelo próprio produtor e com acompanhamento do Escritório Municipal de EMATER e/ou Secretaria Municipal correspondente;
- 4.11. Os produtos hortifrutigranjeiros devem possuir registro junto ao SIM – Serviço de Inspeção Municipal e/ou Secretaria de Município da Saúde.
- 4.12. Quando da entrega dos produtos de origem animal e industrializado, deverão vir acompanhadas de cópia do Certificado do Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM), juntamente com a cópia da Nota Fiscal de origem do Produto, com data correspondente. Os produtos industrializados também deverão vir acompanhados de Ficha ou Laudo Técnico do produto.
- 4.13. As contratadas deverão utilizar veículos adequados para as entregas dos gêneros alimentícios, dotados de cobertura para proteção da carga e, não devem transportar outras que comprometam a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos, conforme exigências da ANVISA.
- 4.14. Caso os produtos entregues não estejam de acordo com a qualidade e sanidade exigidas neste edital, deverá a contratada efetuar a troca das mercadorias em até 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 4.15. Todas as mercadorias serão revisadas, conforme a qualidade, embalagem e data de fabricação que deverá ser recente em embalagens conforme especificação de cada item.
- 4.16. O descumprimento das obrigações acima referidas gerará a suspensão de toda e qualquer compra efetuada pela Prefeitura.

CLÁUSULA V – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 5.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto.



CLÁUSULA VI – DO PAGAMENTO

6.1. PREÇO

6.1.1. O valor a ser pago em razão deste Contrato é de R\$ (número por extenso).

6.1.2. No valor contratado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.1.3. O presente contrato compreenderá o fornecimento dos seguintes produtos e seus respectivos valores:

Nº Item/Produto	Quant.	Valor unit.	Valor total

6.2. FORMA DE PAGAMENTO

6.2.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos.

6.2.2. As despesas decorrentes de frete, correrão às expensas da Contratada.

6.2.3. Quando da realização dos pagamentos serão processadas as retenções de tributos, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, exceto quando a Empresa for optante do simples nacional.

6.2.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando a Prefeitura atestar a execução do objeto do contrato.

6.2.5. No caso de atraso no pagamento por parte da Prefeitura, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação “pro rata tempore” do INPC, acrescido de juros de 0,033% ao dia.

6.3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.3.1. A emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

6.3.2. Quando houver glosa parcial do objeto, a Prefeitura comunicará a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

6.3.3. O setor competente para proceder o pagamento verificará se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e da Prefeitura;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura;



6.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Prefeitura, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.3.7. Constatando-se situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Prefeitura.

6.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Prefeitura deverá comunicar ao órgão da regularidade fiscal competente quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.3.9. Persistindo a irregularidade, a Prefeitura deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

6.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto aos órgãos competentes.

6.3.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.3.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de execução do presente Contrato.

CLÁUSULA VIII – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

8.1. São obrigações da Prefeitura:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência que lhe deu origem;

8.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia



sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.7. Aplicar à Contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato, conforme estabelecido no **item 12 do Edital nº 3850/2025**.

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pela Prefeitura, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

8.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

9.1.2. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a atuação da fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Prefeitura, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes do quadro da Prefeitura, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza;

9.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade junto às fazendas públicas, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o



dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Prefeitura ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

9.1.9. Paralisar, por determinação da Prefeitura, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.12.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Prefeitura.

CLÁUSULA X – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;



- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem anterior deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem anterior deste Instrumento, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

d) Multa:

I - moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

II - O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

III - compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Prefeitura.

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Prefeitura à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Prefeitura;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas

e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos



mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.9. A Prefeitura deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA XI – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA XII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Para as despesas decorrentes da presente Licitação, serão utilizados recursos da seguinte **Dotação Orçamentária**:

11.03.08.244.0.108 – 3.3.90.32.00.00.00– Red. 7474 – Rec. 1500;

11.03.08.244.0.108 – 3.3.90.32.00.00.00– Red. 6723 – Rec. 1500;

11.03.08.244.0.108 – 3.3.90.32.00.00.00– Red. 2166 – Rec. 1500;

11.02.08.245.0.110 – 3.3.90.30.00.00.00– Red. 8564 – Rec. 2661;

11.03.08.243.0.108 – 3.3.90.30.00.00.00– Red. 2145 – Rec. 1500.

08.01.04.122.0.002 – 3.3.90.30.00.00.00– Red. 0563 – Rec. 1500.

12.2. Eventual alteração na dotação orçamentária será efetuada mediante apostilamento.

CLÁUSULA XIII – DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. As partes permanecem responsáveis pela gestão de seus bancos de dados, sendo **CONTROLADORAS** dos dados dos titulares cadastrados em suas respectivas bases cadastrais, inclusive para fins de compartilhamento de dados entre os partícipes do presente instrumento.



13.1.1. Cabe a cada parte deste instrumento realizar a correção, exclusão e/ou bloqueio de dados pessoais em sua base cadastral, que porventura sejam solicitados por seus clientes, titulares de dados;

13.1.2. As partes, incluindo todos os seus colaboradores, comprometem-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público, ainda que este Convênio/Contrato venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução;

13.1.3. As partes comprometem-se a adotar medidas, ferramentas e tecnologias necessárias para garantir a segurança dos dados e cumprir com suas obrigações, sempre considerando o estado da técnica disponível e o nível de segurança necessário;

13.1.4. As partes deverão manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de Dados Pessoais sejam estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis;

13.1.5. Havendo o compartilhamento de dados pessoais durante a execução do presente instrumento, estabelecem as partes que caberá a cada um o controle e fiscalização de sua base de dados em seus sistemas ou demais repositórios de dados, sendo responsabilidade exclusiva de cada parte o acompanhamento do ciclo de vida do dado e consequente eliminação, quando aplicável.

13.2. O tratamento dos dados pessoais ocorrerá para o cumprimento exclusivo das seguintes finalidades:

- a) execução de atividade, produto ou serviço vinculado ao contrato;
- b) para prestação de contas das obrigações dispostas no instrumento originário;
- c) enquanto necessário para atender prazos legais ou regulatórios perante órgãos de controle.

13.3. Se qualquer legislação nacional ou internacional aplicável ao tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Contrato vier a exigir adequação de processos e/ou instrumentos contratuais por forma ou meio determinado, as partes desde já acordam em celebrar termo aditivo escrito neste sentido.

13.4. Fica assegurado, nos termos da lei, o direito de regresso em face da parte que deu causa, para reparação de eventuais danos causados em decorrência do descumprimento das obrigações aqui assumidas em relação a Proteção dos Dados.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Em caso de divergência entre disposições constantes neste contrato e na proposta comercial, prevalecerão as primeiras.

14.2. Todas as comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas como regularmente feitas, se realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou entregues ou enviadas por carta protocolada, telegrama ou e-mail, na sede das partes contratantes.

14.3. Haverá consulta ao Cadastro Informativo das Pendências perante Órgãos e Entidades da Administração Estadual – CADIN/RS, nos termos da Lei Estadual nº 10.697/96, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 36.888/96, bem como ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS, nos termos da Lei Estadual nº 11.389/99, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 42.250/03, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, nos termos da Lei Federal nº



12.846/13, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.420/15 e outros que a legislação em vigor determinar.

CLÁUSULA XV – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela Prefeitura, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA XVI – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA XVII – DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A gestão e fiscalização do presente Contrato ficará a cargo da Secretaria de Município da Saúde, através dos seguintes Servidores:

Gestor:

Fiscal:

CLÁUSULA XVIII – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à Prefeitura providenciar a publicação deste instrumento e de suas alterações, nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA XIX – DO FORO (ART. 92, §1º)

19.1. É eleito o Foro da Comarca de Caçapava do Sul-RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado pelas partes.

Caçapava do Sul, de de 2025.

.....
CONTRATADA

.....
CONTRATANTE



EDITAL N° 3850/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 26/2025

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados às demandas do SAIBMQ, Albergue Municipal, Secretaria de Obras e para compor Cestas Básicas para as famílias em vulnerabilidade social.

INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Dia 13/06/2025 – 08h

LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Dia 30/06/2025 – 08h30min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 30/06/2025 – 08h30min

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: Dia 30/06/2025 – 09h

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

11.03.08.244.0.108 – 3.3.90.32.00.00.00– Red. 7474 – Rec. 1500;
11.03.08.244.0.108 – 3.3.90.32.00.00.00– Red. 6723 – Rec. 1500;
11.03.08.244.0.108 – 3.3.90.32.00.00.00– Red. 2166 – Rec. 1500;
11.02.08.245.0.110 – 3.3.90.30.00.00.00– Red. 8564 – Rec. 2661;
11.03.08.243.0.108 – 3.3.90.30.00.00.00– Red. 2145 – Rec. 1500.
08.01.04.122.0.002 – 3.3.90.30.00.00.00– Red. 0563 – Rec. 1500.

p.alimentos albergue obras e cestas 2025